

2016

Nas ondas midiáticas: o olhar da mídia sobre a educação no Brasil - Projetos e contradições.

Texto produzido pelo Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia

Grupo de Pesquisa cadastrado junto ao CNPQ pelo INSTITUTO DE PESQUISA UNIVERSITÁRIO do RIO de JANEIRO - IUPERJ



LABORATÓRIO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E MÍDIA

Grupo de pesquisa: Movimentos Sociais e Mídia: embates e aproximações

Coordenação:

Prof. Dr. **Fernando Antonio da Costa Vieira**

Pesquisadores:

Prof. Ms. **Beatriz Rodrigues Bessa Mattos**

Prof. Ms. **Ítalo Pires Aguiar**

Prof. Ms. **Thiago Celli Moreira de Araujo**

Prof. Ms. **Ursula Adriane Fraga**

Colaboradores:

Prof. Ms. **Isaias Albertin de Moraes**

Técnico:

Graziela Miranda de Lima Pando

Vieira, Fernando Antonio da Costa (coord./ org.)

Nas ondas midiáticas: o olhar da mídia sobre a educação no Brasil – projetos e contradições

RJ, Instituto Universitário e Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM), 2016, pp. 1-49

Relatório da pesquisa efetuada pelo Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Mídia:
Embates e aproximações

Mídia Educação

Brasil Sociedade

<u>1. APRESENTAÇÃO</u>	4
1.1. <u>METODOLOGIA:</u>	6
<u>2. CURTAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL</u>	6
<u>3. INFORMAR, COMUNICAR: AS RAÍZES DA IMPRENSA NO MUNDO E NO BRASIL</u>	12
<u>4. O MODELO DE ESCOLA QUE A MÍDIA QUER: O PRIVADO COMO IDEALIZAÇÃO DO PÚBLICO</u>	19
<u>5. ENSINO SUPERIOR: NOVO CAMPO DE LUTAS SOCIAIS MUDIÁTICAS</u>	37
<u>6. ASSÉDIO IDEOLÓGICO E DOCTRINAÇÃO: NOVO CAVALO DE TRÓIA MUDIÁTICO</u>	43
<u>CONCLUSÃO</u>	45
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	47

1- APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa do IUPERJ, **Movimentos Sociais e Mídia: Embates e aproximações** apresenta sua primeira pesquisa realizada, intitulada: **Nas ondas midiáticas: o olhar da mídia sobre a educação no Brasil. Projetos e contradições.**

A pesquisa busca analisar os rumos da educação, vista como em crise e incapaz de responder aos anseios da modernização econômica do país. Parte desta discussão foi apropriada pelos grupos midiáticos que se apresentam como portadores de um projeto de educação. Significativos atores da mídia se posicionam como denunciadores das mazelas da educação nacional, em especial, a pública, sem, no entanto, discutir as reais causas para o quadro de caos apontado. Por outro lado, presos a uma visão tecnicista e acrítica de educação buscam projetar uma reformulação do sistema educacional sem considerar as efetivas demandas da sociedade, adaptando o ensino aos interesses do mercado.

Dentro da realidade do modelo de pesquisa adotado pelo grupo que levou em conta fatores internos, tais como, disponibilidade dos componentes, situação no mestrado e doutorado, interesses na pesquisa; e, externos, como por exemplo, acesso às fontes, disponibilidade de material em arquivos, maior facilidade de obtenção do material para a pesquisa, público receptor, entre outros pontos, optou-se pelo trabalho com meios de comunicação: jornais e revistas impressos ou digitais.

Uma vez delimitado o objeto e o material, foi definido de que forma a pesquisa seria estruturada, considerando o seguinte caminho:

- a) Seleção dos jornais e de revistas. Considerando a maior abrangência territorial do veículo, sua diversidade social entre leitores e sua capacidade de formação de opinião, ficou acertado que seriam pesquisados o jornal O Globo, O Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, além da revista Veja;
- b) Temas que teriam relevância para a pesquisa: como a mídia trata as mazelas, salário, espaço físico, violência, desmotivação dos professores. Público X Privado. O que a mídia propõe? O que achamos como alternativa? Mudar a

gestão escolar? Aumentar os salários? Apagão de mão de obra, ampliação das escolas técnicas, inclusão-excludente, alienação dos estudantes, treinamento para o mercado. O objetivo do especialista sensível. Elitização do ensino superior, programas de inclusão: cotas raciais, sociais; ampliação das universidades particulares: mercado atrativo, qualidade do ensino, ampliação das universidades públicas, verbas para pesquisa. Qual projeto da mídia?

- c) Buscar perceber quais os países que são lidos pela mídia como paradigmas na educação e porque o são? Quais os países que não são comparados? Porque da não comparação?
- d) Produção de textos que vão tratar dos temas selecionados.

A organização dos textos dar-se-á da seguinte forma:

- Um capítulo introdutório que discutirá mídia e sua formação no Brasil – destacando a imprensa – e, uma análise da construção do modelo educacional brasileiro ao longo do período republicano;
- Um segundo capítulo que versará sobre a leitura da imprensa brasileira sobre a educação no país: seus problemas, contradições, a crise na formação docente, a educação rural, o ensino técnico no Brasil, entre outros pontos;
- A educação desejada: o modelo a ser copiado, uma educação purgada de crítica? Que fazer com a alteridade na escola? A críticas aos modelos alternativos, em especial, a escola do MST, os movimentos populares podem ter projetos? A relação com ONG's privadas;
- Ensino superior: cotas e democratização do acesso promovem a racialização da universidade? Qual o modelo de universidade? Para quem serve a universidade?
- Conclusão apresentando um arrolado geral dos temas discutidos na pesquisa.

1.1- METODOLOGIA

A pesquisa será estruturada em torno da análise dos textos jornalísticos delimitados em sua formulação. A análise do discurso dos jornais e revistas será o eixo norteador da pesquisa dialogando com as falas apresentadas pela mídia. Ao utilizar a análise do discurso, perceber o olhar ideológico no texto será uma das preocupações da pesquisa. Como nos aponta Fiorin, é preciso perceber que as

representações ideológicas moldam o discurso, mas que há um relativa autonomia da linguagem em relação à ideologia, ou seja, que o nível linguístico não se reduz ao nível ideológico, implica distinguir níveis e dimensões do discurso e os componentes de cada nível (FIORIN, J.L. 1988, p.7).

O discurso da mídia não é um discurso isento de um valor, ele expressa um projeto de mundo. Ele se vincula a realidades sociais específicas e retrata a defesa desses valores. Nesse sentido Bakhtin vai assinalar a função da fala, das palavras, completaríamos, do próprio texto, na medida em que

*não são palavras o que o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. **A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.** É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, M. 1986, p. 95).*

Buscar a ressonância ideológica que concerne ao cotidiano vivenciado por estudantes, professores e pela sociedade brasileira no que tange a educação, é o que buscar-se-á ao longo da presente pesquisa. Sem, no entanto, deixar de buscar o conteúdo ideológico do texto. Desvelar o que se encontra oculto nos textos midiáticos. Eis o caminho da pesquisa.

2- CURTAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Falar que existe uma lacuna a ser resolvida no modelo educacional brasileiro nos tempos atuais, é pressupor que o modelo constituído ao longo da história republicana

brasileira se caracterizava por sua excelência e, por ser um projeto público, laico e gratuito.

Se durante o período imperial, a educação era percebida como um direito constitucional¹, com o advento da República, a situação mudou. Assumindo a dimensão de que o acesso ao saber deveria ser lido como exclusivo das camadas dirigentes, a 1ª Constituição republicana, a de 1891, não incluía o direito à educação gratuita como um de seus princípios. A estratégia era clara, o voto rompia seu caráter censitário adequando-se ao modelo liberal-democrático anglo-americano e, com isso, a exclusão dar-se-ia por outros mecanismos: a alfabetização do eleitor.

Nesse sentido, os quadros dirigentes da nascente república, negavam a possibilidade do Estado ampliar a escolarização da sociedade e democratizar o acesso à escola. O controle dos aparelhos políticos nacionais permitia a manutenção do domínio das verbas públicas e, portanto, da definição das políticas públicas, marginalizando as camadas populares e transformando os bens sociais em mercadorias para consumo privado que, em última instância, realçavam sua liderança social.

O impacto desse projeto ainda hoje é sentido na sociedade brasileira: a desvalorização da educação e dos atores sociais ligados ao setor, em especial, professores, merendeiras, auxiliares de ensino. Essa desvalorização se traduz num olhar enviesado por parte da sociedade brasileira.

Para as camadas populares, as necessidades econômicas resultaram numa visão utilitarista, onde a educação ao não se traduzir em ganhos imediatos era trocada pelo trabalho formal e, na maioria das vezes, informal. Para os quadros da elite econômica e mesmo para a classe média, a educação tornou-se um produto a mais obtido pela posse do capital. Com isso, a escola, o saber e os trabalhadores da educação passaram a ser lidos como mercadorias em uma relação comercial.

¹ - A Constituição de 1824 no seu artigo 179, no item 32 garantia a instrução primária gratuita a todos os cidadãos.

Apesar dessa continuidade da desvalorização da educação junto a sociedade, na própria República Velha², alguns intelectuais começaram a questionar a ausência de uma política educacional pública.

Nesse contexto intelectual, o ideal de progresso, paradigma do positivismo republicano de modernização e de construção de uma civilização nos trópicos à imagem do referencial europeu, era afetado pela ausência de uma política educacional no país. Entre 1910 e 1920, ocorreu vigoroso posicionamento da elite intelectual defensora da implementação de uma efetiva política educacional, associando a necessidade de investimentos públicos no ensino com a valorização dos ideais nacionais.

Destacaram-se Mário Pinto Serva, José Veríssimo, Carneiro Leão, Olavo Bilac, entre outros que passaram a escrever sobre a necessidade de se incrementar um projeto nacional de educação.

A educação, importante componente civilizatório que permitiria a definitiva ruptura com o passado escravista da sociedade brasileira, tornar-se-ia importante ferramenta para construir uma unidade social visando a estabilidade interna e o entendimento entre os diversos grupos sociais (NAGLE, Jorge; 1987; OLIVEIRA, Lúcia Lippi, 1990).

O posicionamento dos intelectuais representou uma nova postura em defesa da escola pública. Tal posição configuraria um projeto de controle das camadas populares que se beneficiariam com os progressos oriundos da civilização à qual o Brasil buscava se inserir. Nesse sentido, o Brasil deveria assumir a defesa de uma educação pública, que para ele não existiria no país, mas sim, uma instrução pública que seria incapaz de forjar uma identidade brasileira entre os diferentes grupos que **compunham a nação** (ver VERÍSSIMO. José. 1985, p. 70).

Uma educação que reflete o domínio de classe sobre o aparato do Estado. Nesse sentido, Florestan Fernandes, em seu ensaio **A educação como problema social**, apontou o caráter aristocrático do modelo escolar brasileiro. Modelo que ainda se perpetua com a negação da escola integral afetando de sobremaneira os estudantes oriundos das camadas populares que vivem uma ínfima parcela de sua vida cotidiana na sala de aula (FERNANDES, Florestan, 2010).

² - Para alguns historiadores seria o período entre 1894 e 1930 caracterizado pelo controle do estado pelas oligarquias rurais, em especial, a cafeeira.

Apesar disso, o debate acerca do papel civilizatório da educação foi colocado no interior da sociedade brasileira. A criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE) e, principalmente, o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, foi a materialização dos ideais difundidos pela ABE. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores, entre os quais Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Hermes Lima e Roquette Pinto, o Manifesto foi um brado em defesa do ensino público, laico e gratuito. A defesa do horário integral tema ainda controverso na educação nacional, era uma das muitas ideias defendidas pelos autores do manifesto.

A influência da ABE já se fazia presente desde 1926. Nesse ano, Fernando de Azevedo assumiu o comando da educação no Rio de Janeiro durante a gestão de Antônio Prado Júnior e iniciou um programa de reformas na educação pública do então Distrito Federal. A Reforma de 1926 incorporou nova dimensão no debate educacional ao apontar a importância social do processo de aprendizado. A escola passou a ser vista como importante ator na tarefa de construir uma sociedade nacional erigida sobre princípios democráticos. A exemplificação dessa democracia social dar-se-ia no âmbito escolar onde a educação deveria ser única, gratuita e obrigatória para todos os membros da sociedade.

Após a Revolução de 30 e a ascensão de Vargas ao poder, o processo de centralização do Estado que então se efetuava em várias instâncias, também marcou a educação. Unificar a política educacional centralizando o currículo foi uma das medidas efetuadas no período. Para tal, uma das primeiras medidas do governo provisório criado após o movimento de outubro de 1930 que colocara Vargas na liderança nacional, foi a criação, em 14 de novembro de 1930, do Ministério dos Negócios e Saúde Pública, posteriormente Ministério da Educação e Saúde e, em 1953, Ministério da Educação e Cultura.

Com um ministério específico, a educação passou a ser vista como um efetivo espaço de atuação do poder público. Dessa forma, foi implementado um programa de reformas, entre as quais a Reforma do Ensino Secundário de 1942 priorizando o modelo humanista e transferindo para escolas técnicas a formação profissional. Além disso, a Reforma Universitária, que normatizou um único padrão para a organização do ensino superior e criou a Universidade do Brasil, também em 1942, além de no mesmo ano criar o Sistema de Ensino Profissional objetivando o treinamento dos trabalhadores para

o mercado no interior de organizações como, por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (Senai).

Entre 1945 e 1964, ocorreu um período de retomada de debates acerca do papel da educação no país. De um lado, o debate refletia a conjuntura dos embates legislativos sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação brasileira. Os debates em torno da LDB demonstram de forma unívoca as contradições em torno da educação brasileira. O acirramento da discussão se traduziu no fato dela ter se iniciado em 1948 e ter sido concluída somente em 1961.

Sua aprovação traduziu vitória dos setores privatistas que esvaziaram a capacidade de articulação dos escolanovistas. Esses, apesar de lançarem um novo manifesto, o **Manifesto dos Educadores. Mais uma vez convocados**, foram derrotados pela aliança entre Igreja, setores conservadores e empresários da educação.

Os anos 1960 foram marcados pela influência da Revolução cubana. O sucesso do programa de alfabetização cubano inspirou novas experiências na América Latina e, em especial, no Brasil. Projetos como “De pé no chão também se aprende a ler” idealizado no Rio Grande do Norte por Moacyr de Góes, secretário estadual de educação no governo Djalma Maranhão, expressavam uma conjuntura em que parte da sociedade brasileira se mobilizava na defesa da expansão do acesso à educação e no combate ao analfabetismo.

Nesse contexto, o método pedagógico organizado pelo educador Paulo Freire, embasou projetos populares de alfabetização de adultos, como as brigadas de alfabetização organizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), além da possibilidade - abortada pelo Golpe de 1964 – de fundamentar teoricamente o Plano Nacional de Alfabetização aprovado em 21 de janeiro de 1964 pelo governo Jango (1961-1964).

O governo surgido após o golpe buscou combater qualquer projeto centrado na visão de uma educação crítica. Além da prisão e do exílio de educadores, como o próprio Paulo Freire, ficou evidente um maior controle estatal sobre a política educacional.

Os governos militares estimularam a fragmentação do ensino público e o reforço do setor privado, quer no ensino fundamental e médio, quer no ensino superior. Nesse contexto, duas estratégias foram empregadas pelo governo: o arrocho salarial dos

professores da rede pública, estimulando a transferência docente para o setor privado; a redução de investimento na estrutura escolar resultando no abandono físico dos prédios e de espaços escolares, como as quadras esportivas e bibliotecas, por exemplo.

Essa política deliberada reforçou o olhar desqualificador da sociedade brasileira diante da educação. Como no início da República, educação deixou de ser vista como um direito e se apresentou como uma mercadoria comprada e com uma determinada utilidade – ascensão social, melhoria profissional, status social, etc.

Completando o quadro de desgaste da educação, foi aprovada a famigerada lei 5692/71 que reforçou a defesa de um processo educativo acrítico e tecnicista atrelando a formação educacional aos interesses do mercado industrial, então em plena expansão.

O avanço do processo de redemocratização permitiu, no Rio de Janeiro, uma tentativa de retomada das propostas escolanovistas, na figura do vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro. Darcy assumiu a implementação de um novo projeto educacional, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's) que resgatava a discussão sobre o ensino integral.

Os CIEP's procuravam adaptar-se ao meio social com uma arrojada arquitetura criada por Oscar Niemeyer que se inseria na paisagem urbana, principalmente nas comunidades que viviam em favelas. Entretanto, o programa acabou vivendo forte contestação dos setores conservadores e esbarrou num dado concreto: a demanda por salas de aula fortaleceu a implantação dos três turnos no ensino, o que inviabilizou um projeto centrado na concepção de turno único. Os posteriores governos estaduais adequaram os CIEP's à realidade escolar carioca e brasileira.

Os CIEP's enfrentaram a concepção elitista de educação que acreditava e acredita que a escola é um espaço restrito às elites socioeconômicas. Essa crítica encontrou eco nos meios de comunicação, em especial, o jornal O Globo e a revista Veja que questionavam o projeto, menos por seu valor pedagógico e, muito mais, por um viés ideológico visando realçar a oposição ao governo Brizola.

A forte campanha midiática contra o governo, por tabela, naquela que era a sua vitrine, os CIEP's, esvaziaram o projeto e permitindo que os governadores conservadores que sucederam Brizola, inviabilizassem o programa.

Os anos 1990 foram marcados pelo avanço de governos de corte neoliberal. Na defesa da concepção de estado mínimo a educação também foi afetada. Nesse sentido, a

inexistência de uma escola pública de qualidade, somado a um magistério pauperizado e desmotivado, não implicou em políticas de valorização da educação. Pelo contrário, critérios defendidos pelo Banco Mundial se traduziram na redução de investimentos e na adoção de mecanismos de avaliação nas escolas que não buscavam solucionar as dificuldades no aprendizado, mas sim, legitimar a redução de investimentos na própria escola.

Além disso, o governo FHC (1995-2003) conseguiu aprovar uma nova Lei de Diretrizes Básicas (LDB) para a educação e implantou os novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que trouxeram como novo eixo para a educação a busca pelas habilidades e competências dos alunos. Significativo o fato de que as duas palavras estão associadas à aptidão, ao desempenho, à capacidade e ao engenho. Significativo na medida em que se reforçam os laços entre educação e mercado de trabalho.

Ao longo desse processo de adequação da educação ao modelo neoliberal, ocorreu um novo posicionamento da mídia brasileira defendendo um projeto tecnicista de aprendizado voltado diretamente para o mercado. O conceito de que um dos obstáculos à expansão e à modernização da economia brasileira se traduzia num “apagão” de mão de obra qualificada passou a pautar as páginas e telas midiáticas do país.

Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre o papel político da mídia, para que as análises das reportagens sobre educação possam ter um sentido analítico em sua apreensão.

3- INFORMAR, COMUNICAR: AS RAÍZES DA IMPRENSA NO MUNDO E NO BRASIL

O desenvolvimento da escrita, enquanto transcrição da língua falada, e a superação da representação gráfica dos objetos foi o resultado do processo de avanço de um novo grafismo que culminou com o invento do alfabeto.³ Isto atendeu ao crescente

³ - O desenvolvimento do alfabeto fonético - por volta de 1.500 a. C - na Fenícia e sua posterior difusão pelo Oriente Médio se explica, em parte, pela interdição religiosa, entre os povos semitas, da representação da imagem de Deus. Por outro lado, para os gregos, o alfabeto apresentava um novo

processo de intercâmbio comercial na região mediterrânea, que demandava novas formas de codificação gráfica facilitadoras da comunicação, aproximando cada vez mais a língua escrita e a falada.

A importância social da escrita se traduz pelo seu emprego imediato enquanto uma técnica de comunicação que teria modificado os mecanismos de circulação das ideias e informações, ao mesmo tempo em que se apresenta como um instrumento de poder para os que dominavam a sua reprodução, criando uma nova camada social ciosa de seu prestígio.

Entretanto, a invenção da imprensa por Gutenberg, por volta de 1455 d.C, favoreceu o processo de construção dos Estados nacionais na medida em que permitiu o refinamento das línguas vernáculas, agora transformadas nas línguas nacionais. A partir desse momento, e,

pela primeira vez, a língua por meio da qual o povo de uma região distinta falava e pensava era a mesma por meio da qual os estratos do governo, os intelectuais e o clero escreviam e liam (...) Esse fato salientava a ideia de formar uma comunidade cujos membros fossem facilmente identificáveis por sua capacidade de se comunicar entre si (GUIBERNAU, Montserrat, 1997).

A força da nova invenção, a máquina de imprimir, se traduziu numa socialização do saber e das informações. Se somarmos ao papel alfabetizador da Reforma Protestante, em especial o luteranismo, que defendia a tradução e a publicação da Bíblia na língua comum, utilizando o ensino religioso como instrumento de alfabetização, veremos como a nascente indústria editorial encontrou terreno fértil para a sua propagação em território europeu.

Por outro lado, a manutenção de laços com uma determinada igreja se apresentava como expressão de uma individualidade dos homens. Liberdade e individualismo - a Europa começava a assistir a marcha para a consolidação de novos

dinamismo à representação gráfica da fala e, por isso mesmo, aprimoraram o alfabeto introduzindo as vogais. Conferir: BRETON, Philippe e PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação**. SP: Loyola, 2002, p. 19.

valores que pautariam os ideais do liberalismo dos séculos XVIII / XIX. Ainda que essa primeira conjuntura estivesse ligada a uma nova forma de aproximação individual com Deus - em especial nos cultos reformistas onde foi rompido o monopólio da interpretação dos sacerdotes sobre a Bíblia -, lentamente se aprofundava uma percepção de que a produção de textos e a circulação do conhecimento demandavam a inexistência de amarras que limitassem sua apreensão.

No século XVIII, o avanço dos ideais iluministas e o advento da Revolução Francesa, ampliaram e redimensionaram a defesa da livre-circulação de ideias, além da necessidade de maior socialização das informações. Permeada pela leitura iluminista em favor das liberdades individuais, a revolução trouxe ao centro dos debates o papel do uso da informação como arma política. Dentro dessa nova concepção, a comunicação passou a ser visualizada como um ato social que integrava os indivíduos livres no espaço privado, ainda que, limitada não mais pela censura promovida pelo poder público, mas sim, pela esfera privada da liberdade do outro.

O respeito diante dos espaços individuais pressupunha que cada indivíduo é dotado de uma gama de informações que lhe permite escolher e analisar. A construção da “democracia burguesa” demanda, portanto, o acesso de todos à comunicação e ao saber. Não foi mera coincidência o fato de que durante a Revolução Francesa um dos principais veículos de informação dos diversos grupos políticos tenha sido o jornal.

Desde o século XVII, os jornais começaram a fazer parte da vida cotidiana das grandes cidades européias, quer como semanários ou mesmo como diários. Na Grã-Bretanha, as publicações começaram a se especializar visando atender um público específico, como por exemplo, jornais de corte acadêmicos como o *News of the Republic of Letters* que divulgava as novas descobertas científicas, os novos lançamentos em livros e apresentava resenhas (BRIGGS, Asa e BURKE, Peter, 2004).

Ao longo do século XVII, essa esfera pública tornou-se menos informativa e cada vez mais formadora de opinião nos círculos privados, tornando-a imprensa um ator considerável no jogo político, transformando-se no que se convencionou denominar, o quarto poder. Em parte por que a imprensa assumiu – especialmente com a Revolução Francesa – um papel propagandístico na defesa de interesses específicos em suas páginas. A esfera pública, o jornal, cada vez mais se via regida por interesses privados, ainda que tal dimensão fosse acobertada sob o mito da imparcialidade da imprensa.

Nesse momento, a defesa da liberdade de imprensa tornou-se emblemática, na medida em que se apresentava como um eficaz instrumento garantidor da função propagandística da imprensa sem o ônus da reação do poder público. Na prática, a liberdade de imprensa consolidou a margem de autonomia da mesma tornando-a poderoso ator político junto ao Estado.

Claro que esse processo de fortalecimento da imprensa se consolidou paralelamente ao da modernização da comunicação na sociedade mundial, em especial ao longo do século XIX. Essa modernização encurtou as distâncias e o tempo para o envio de notícias. Destacam-se nesse contexto a ferrovia a vapor, o surgimento do moderno sistema de correios e o telégrafo.

As mudanças na comunicação favoreceram a transmissão de informações e, conseqüentemente, a difusão de jornais. A velocidade da divulgação de notícia reestruturou os jornais, que assumiram perfil mais ágil, além da própria produção textual com o desenvolvimento de uma linguagem específica para os jornais. O espaço do jornal também sofreu modificações com o aumento de seções literárias, onde foram lançados os folhetins – novelas curtas publicadas semanalmente e escritas por autores de renome literário -, além de seções de culinárias, esportes, dicas para o cotidiano e, ao iniciar o século XX, os quadrinhos.

Dentro dessa nova realidade, os jornais assumiam cada vez mais um aspecto empresarial e um fim comercial. O tempo dos jornais vinculados a grupos políticos começava a ser superado por um tipo de jornal que aliava informação, entretenimento, cultura e opinião política. A era dos grandes conglomerados da informação começava a surgir e com ela os grandes “barões da imprensa”.

A nova estruturação da imprensa requeria nova forma de organização dos jornais implicando a manutenção de correspondentes, o domínio de novas tecnologias, como o telégrafo, o rádio, a radiotelegrafia, a radiofoto, etc. Os custos dessas novas tecnologias, acrescidos da própria impressão de grandes quantidades de papéis, dificultariam a permanência de pequenos jornais, regionais ou municipais. Os jornais com tiragem nacional passaram a dominar o mercado.

Esse processo mudou radicalmente a cara dos jornais. De um tablóide com poucas páginas, editado pelo jornalista solitário que, em alguns casos, contava com

poucos auxiliares e cujo texto expressava a opinião direta do autor sobre determinados acontecimentos políticos sobre o qual ele assumia a defesa de suas posições - daí seu caráter panfletário - o jornal tornou-se uma grande empresa, com um editor geral, jornalistas, redatores e outros trabalhadores.

O século XX marcou a consolidação dos jornais como o principal meio de informação num contexto em que novas formas de comunicação se desenvolviam. A importância das transmissões de notícias por telégrafo, por radiocomunicação e por radiodifusão operaram importantes mudanças nas redações de jornais que passaram a manter equipes prontas para redigir textos de última hora. Além disso, os jornais assumiram um formato mais diversificado para enfrentar a rápida expansão do rádio como meio de comunicação nas quatro primeiras décadas do século XX.

O avanço do rádio e da televisão, entre os anos 1920 e 1960, não afetou de forma significativa o peso da imprensa escrita. Desde seus primórdios, os debates que antecederam a estruturação da grade de programas nos dois novos meios de comunicação incorporaram programas de notícias, radiojornais e telejornais que informam o público sobre os acontecimentos.

Por outro lado, ocorreu um novo processo de concentração de capital com os grandes empreendimentos jornalísticos atuando junto aos novos meios de comunicação, em especial, à televisão. Processo esse que ocorreu quer na Europa, nos Estados Unidos ou mesmo no Brasil. O avanço dos monopólios da mídia provocou – de forma tímida - tentativas de contenção desses. Em alguns países, como por exemplo, nos Estados Unidos, surgiram leis que restringiam a posse de jornais e cadeias de rádio e TV sobre a mesma empresa.

Claro que a mídia não é só um complexo econômico. Ela produz sentido e, portanto, constrói representações sobre o real. Com isso, se apresenta enquanto instrumento ligado à indústria cultural, transformando seu público em consumidor, isto é, um objeto da própria indústria (BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita, 2004). Essa indústria, cuja mercadoria é a informação, ao se reproduzir entre indivíduos, anula a própria individualidade uniformizando olhares e saberes. Por vezes, a subjetividade de tal forma impera que a própria ideia de apreensão do real torna-se mistificação subjetiva.

No Brasil, os anos 1960 e 1970 vivenciaram processo de modernização e reestruturação toda imprensa que também resultou na mudança do perfil da análise das notícias. Os jornais buscaram fortalecer o papel dos especialistas com análises acadêmicas sobre os temas de interesse. Além disso, cresceram as colunas vinculadas à economia com artigos que orientavam os investimentos e debates sobre as tendências do mercado nacional e internacional. O aumento das análises econômicas nos jornais

serviu aos interesses tanto dos proprietários de jornais quanto dos militares. Os primeiros, diante das pressões da censura e da apreensão dos jornais pela polícia, consideravam conveniente substituir o noticiário político pelo econômico ou por noticiários internacionais. Para os militares, as editorias da economia representavam um espaço de menor risco, já que se dirigiam a um público específico e que os dados econômicos eram fornecidos por agências oficiais. Mas havia mais: o jornalismo econômico era um eficiente instrumento de divulgação da política econômica do regime militar (ABREU, Alzira Alves, 2002).

O fortalecimento da editoria de economia também resultou num fortalecimento do papel da grande imprensa como defensora da ordem econômica e dos valores inerentes ao capitalismo, bem como afirmou o olhar tecnocrático sobre as questões sociais. Nesse sentido, nos momentos em que as tensões sociais tornavam-se mais visíveis, a opção da imprensa brasileira passou a ser a da intransigente defesa da propriedade, somada ao reclamo por medidas paliativas do poder público diante do avanço da degradação social.

Em 1968, surgiu a revista **Veja**, que se apresentou como uma publicação caracterizada por nova e dinâmica linguagem e um inovador modelo de visual estético, aliado a um texto jornalístico que transitava entre a análise crítica dos acontecimentos da semana e a superficialidade na abordagem de temas controversos. **Veja** inaugurou uma nova etapa no processo de modernização da imprensa, tornando-se rapidamente o semanário de maior circulação e consumo no país. Mais do que isso, conseguiu se firmar como um dos mais importantes formadores de opinião, captando grande parcela da elite intelectual e conservadora brasileira.

O processo de desagregação da ditadura militar foi acompanhado por grave crise socioeconômica que afetou o país, fruto tanto do modelo concentrador de capital e renda, quanto da reestruturação da economia mundial após a Crise do Petróleo de 1973. O governo Geisel (1974-1979), iniciou o processo de retirada gradual do controle do Estado pelos militares, conhecido como o da “abertura, lenta, gradual e segura”.

Nesse novo contexto, a imprensa procurou questionar algumas políticas da ditadura, sem, no entanto, assumir uma aberta oposição. Em parte, porque o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, demonstrou os estreitos limites da abertura política e, ainda que acidentalmente, funcionou como um fator que conteve o ímpeto crítico da imprensa. A exceção foi a atuação da **Folha de São Paulo** durante a campanha pelas *Diretas Já*. A **Folha** assumiu a defesa do movimento publicamente, estampando em sua primeira página duas listras estilizadas em verde-amarelo, símbolo da campanha das diretas.

A retomada da democracia no país encontrou uma nova imprensa, mais vinculada às dinâmicas do mercado, centrada em torno dos interesses dos anunciantes e que percebeu uma nova fonte de obtenção de leitores: a valorização do jornalismo investigativo, cujo marco deu-se com o processo de impedimento do presidente Fernando Collor de Melo. Simultaneamente, o avanço do neoliberalismo reforçou um novo processo de readequação dos jornais e da mídia brasileira ao mercado.

A maior concentração de capital que atravessou a mídia resultou numa supervalorização do leitor pelos jornais. Desde os processos de escolha do nome do jornal, caso do tablóide popular **Extra**, fundado em 1998, como a necessidade de se criar canais de aproximação com o leitor para ouvir suas reclamações e críticas, como fez a **Folha de São Paulo** ao instituir, em 1989, o cargo de *ombudsman* na sua redação. Se, por um lado, fortaleceu-se o mecanismo de interação entre o jornal e o leitor, por outro, as redações e pautas de matérias ficaram mais suscetíveis aos interesses populares e, com isso, restringiu-se as análises mais críticas atendendo aos interesses do mercado.

O avanço do neoliberalismo e a política de valorização da moeda, centrada na elevação dos juros e na contenção do consumo, afetou os ganhos dos jornais e provocaram novas estratégias de marketing para superar a crise. No início dos anos 1990, surgiram promoções para estimular a venda de jornais, com a distribuição gratuita de fascículos de dicionários, enciclopédias e atlas históricos. O leitor colecionava os

fascículos por vários meses até completar a coleção. Tentava-se nova estratégia de marketing, substituindo a credibilidade e a qualidade do jornal pelos atrativos de brindes que estimulavam a cultura e a apreensão de conhecimento. Insinuava-se o papel formador de leitores críticos por parte do jornal, paradoxalmente com o custo da redução da qualidade do próprio jornal.

Dentro dessa realidade apresentada, a imprensa brasileira busca apresentar um olhar sobre a realidade educacional brasileira, ao mesmo tempo, em que busca construir um projeto de educação que represente sua própria visão de mundo. É esse olhar que buscaremos apresentar a seguir.

4- O MODELO DE ESCOLA QUE A MÍDIA QUER: O PRIVADO COMO IDEALIZAÇÃO DO PÚBLICO

Ao longo da pesquisa discutiu-se o olhar midiático sobre a educação no Brasil. Cabe, no entanto, uma pergunta: qual a escola vista como ideal?

Não se trata somente de uma defesa da escola privada ou desqualificação da escola pública. A sutileza define o projeto defendido pela mídia. Sutileza que se traduz no reconhecimento do papel social da escola pública, mas que defende a sua estruturação voltada para o mercado.

Nesse sentido, as escolas públicas que são consideradas um sucesso, isto é, as que seguindo as orientações de especialistas do setor privado vão obter melhores notas e posições no ranking do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e que aprovam alunos para as universidades públicas, são aquelas que apresentam parceria com entidades privadas, tais como o Instituto Ayrton Senna, o projeto Amigos da Escola, o Movimento Todos Pela Educação, entre outros.

Em reportagem que aponta o CIEP Gilson Amado, em Japeri, município da Baixada Fluminense, com um dos piores IDH do estado do Rio de Janeiro, como o líder do ranking do SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro), o jornal **O Globo**, não deixa de comentar a presença do Instituto Ayrton Senna na escola:

Um dos maiores desafios daqui para frente é fazer com que os alunos sonhem mais alto. Em geral, mesmo que tenham um bom desempenho na escola, não prosseguem os estudos e acabam, por necessidade, arranjando emprego precocemente, muitas vezes em pequenos negócios dos próprios pais. Professora do Ciep desde que ele foi inaugurado, na década de 1980, Eunice Dias assumiu este ano as aulas de Projeto de Vida, uma disciplina que é aplicada com o apoio do Instituto Ayrton Senna:

— *É fundamental, porque eles próprios acabam se conhecendo melhor. Fazemos atividades nas quais os alunos precisam, por exemplo, entrevistar os pais. Isso acaba gerando um diálogo que muitas vezes não existia.*

A professora de português Elisionia Portela reforça a importância do projeto:

— *Antes, o máximo que eles pensavam é em ser jogador de futebol. Mas estão percebendo que o caminho é o da educação. Jogador de futebol é um em milhares que vai conseguir sucesso (O Globo, 25/04/2014).*

Entretanto, para o aluno Diego Fabiano de Oliveira, o sucesso da unidade se dá por outro motivo: — *Acho que o que fez a escola melhorar foi a união entre os alunos e os professores — define Diego (Ibidem idem).* Comentário exposto no final da reportagem com apenas duas linhas. Na educação, o papel do professor é central, enquanto que para a reportagem sua importância ficou relegada a um segundo plano, na medida em que não realça a importância dos projetos privados na educação pública.

Aliás, o professor da rede pública é sempre lido como um trabalhador que não assume esforços para efetivamente elevar os índices educacionais. Para o economista Gustavo Ioschpe, autor de diversos artigos sobre educação, ainda que sem formação na área – é graduado em ciência política e administração e mestre em economia internacional e desenvolvimento, tendo realizado a graduação e o mestrado em Economia Internacional e desenvolvimento econômico, em Yale, nos Estados Unidos – produziu um artigo para sua coluna na Revista Veja, o artigo “Professores Acordem!”

Nele lemos observações, como por exemplo:

Caros professores: vocês se meteram em uma enrascada. Há décadas, as lideranças de vocês vêm construindo um discurso de vitimização. A imagem que vocês vendem não é a de profissionais competentes e comprometidos, mas a de coitadinhos, estropiados e maltratados. E vocês venceram: a população brasileira está do seu lado, comprou essa imagem (nada seduz mais a alma brasileira do que um coitado, afinal). Quando vocês fazem greve — mesmo a mais disparatada e interminável —, os pais de alunos não ficam bravos por pagar impostos a profissionais que deixam seus filhos na mão; pelo contrário, apoiam a causa de vocês. É uma vitória quase inacreditável. Mas prestem atenção: essa é uma vitória de Pirro. Porque nos últimos anos essa imagem de desalento fez com que aumentassem muito os recursos que vão para vocês, sem a exigência de alguma contrapartida da sua parte (VEJA, 11/05/2014).

A lógica é comum na imprensa. A elevação do salário não resultará em melhorias na educação. Concretamente, não se pode apontar a melhoria salarial como central para a melhoria da educação, embora o relatório do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) de 2010, relativo ao exame de 2009, aponte que

O Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) 2009, divulgado na semana passada pela OCDE (Organização para a Cooperação Econômica Europeia), chegou à conclusão, depois da análise dos resultados, que sistemas considerados de sucesso gastam muito dinheiro em educação e tendem a priorizar o salário docente à formação de classes menores.

De acordo com a pesquisa, o melhor desempenho dos estudantes está relacionado aos salários mais altos dos professores e não a turmas com menos alunos. Para a OCDE, os sistemas que fazem isso comprovam pesquisas que “afirmam que aumentar a qualidade do professor é uma rota

*mais efetiva para melhorar os resultados dos estudantes do que criar turmas menores”.*⁴

Desconsiderando qualquer análise, como a citada do PISA, ou de qualquer estudioso na área de educação, o colunista da revista Veja prossegue

Quando um custo é pequeno, ninguém se importa muito com o resultado. Quando as coisas vão bem, ninguém fica muito preocupado em cortar despesas. E, quando a área é de pouca importância, a pressão pelo desempenho é pequena. No passado recente, tudo isso era verdade sobre a educação brasileira. Éramos um país agrícola em um mundo industrial; a qualificação de nossa gente não era um elemento indispensável e o país crescia bem. Mas isso mudou. O tempo das vacas gordas já era, e a educação passou a ser prioridade inadiável na era do conhecimento. Nesse cenário, a chance de que se continue atirando dinheiro no sistema educacional sem haver nenhuma melhora, a longo prazo, é zero.

Vocês foram gananciosos demais. Os 10% do PIB e os royalties do pré-sal serão a danação de vocês. Porque, quando essa enxurrada de dinheiro começar a entrar e nossa educação continuar um desastre, até os pais de alunos de escola pública vão entender o que hoje só os estudiosos da área sabem: que não há relação entre valor investido em educação — entre eles o salário de professor — e o aprendizado dos alunos. Aí esses pais, e a mídia, vão finalmente querer entrar nas escolas para entender como é possível investirmos tanto e colhermos tão pouco. Vão descobrir que a escola brasileira é uma farsa, um depósito de crianças. Verão a quantidade abismal de professores que faltam ao trabalho, que não prescrevem nem corrigem dever de casa, que passam o tempo de aula lendo jornal ou em rede social ou, no melhor dos casos, enchendo o quadro-negro de conteúdo para aluno copiar, como se isso fosse aula. E então

⁴ <http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/12/13/pisa-melhores-salarios-a-professores-dao-mais-resultados-que-turmas-menores.htm> Copiado em 13/12/2010

vocês serão cobrados. Muito cobrados. Mas, como terão passado décadas apenas pedindo mais, em vez de buscar qualificação, não conseguirão entregar (Veja. 11/05/2014).

Mais além, o autor pede que os professores parem com a obsessão pela questão salarial e fiquem atentos a outros propósitos, como por exemplo, aceitar sugestões de pessoas fora da área, como o próprio autor, é claro; aceitem o ingresso de tecnologia e de projetos empíricos de educação em detrimento da formação teórica, etc.

Nas análises das razões do fracasso escolar a má formação é lembrada, mas o desestímulo diante da profissão por conta dos salários e pífios planos de carreiras pouco ou quase nunca é apontado. Em 2011, a revista **Veja** analisou os índices baixos de estudantes brasileiros na chamada Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo da Alfabetização) organizada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) em parceria com o setor privado, isto é, Fundação Cesgranrio, movimento independente Todos Pela Educação, o Instituto Paulo Montenegro/Ibope.

Um especialista convidado, geralmente vinculado ao setor privado e com a qualificação máxima de especialista, apontou o óbvio:

Outra questão já conhecida dos brasileiros foi também reforçada pelos resultados da Prova ABC: a superioridade do ensino nas escolas privadas diante das instituições públicas. No quesito leitura, por exemplo, 97,7% estudantes das escolas particulares do Sudeste aprendem o que se espera, enquanto que apenas 53,8% dos alunos de unidades dos governos da mesma área geográfica obtiveram desempenho similar (Veja. 25/08/2011).

E diante da realidade nua e crua apresentada pelo exame, concluiu o especialista:

Os alunos das escolas particulares em geral possuem uma formação mais sólida do que os estudantes da rede pública – o que facilita a alfabetização na educação fundamental. Isso explica em parte a diferença entre as redes”, explica João

Horta, pesquisador do Inep, um dos responsáveis pela avaliação (Veja. 25/08/2011).

A formação do professor? Não se discute. As razões para a formação deficiente? Nada. Os salários baixos como o apontado pelo PISA, nem pensar. Para os conglomerados empresariais que formam a mídia brasileira, a situação da educação no país é resultado de uma junção entre um professor que não trabalha com vontade e a ausência de tecnologias de ponta que tornam a educação uma mera instrução técnica que motive o estudante a aprender mais e melhor.

A crítica apresentada pela mídia é a ponta do iceberg de uma nova realidade: o ingresso da educação na rota de interesses de grandes grupos econômicos, em especial, no ensino superior. Em maio de 2014, Antoni Verger, pesquisador da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) apontou em entrevista publicada na revista **Educação** como a educação tem assumido um caráter global, desconsiderando as experiências pedagógicas locais e cada vez mais incorporando outras experiências, específicas de sociedades com outra experiência cultural. Para ele, um dos responsáveis por essa realidade seria o famoso

Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes] da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], que avalia e compara as competências adquiridas por alunos de 15 anos em uma ampla gama de países. Esse relatório exerce nos governos uma pressão sutil, mas ao mesmo tempo muito eficaz, para que modifiquem seus sistemas educacionais. Ele, inclusive, tem gerado modelos de referência, como o da Finlândia, que muitos governos têm buscado imitar. A própria OCDE, por meio de periódicos como o Pisa em Foco, também recomenda aos países quais práticas e políticas podem levar ao sucesso educativo tomando como base os resultados da prova. Os países que levam mais a sério os desafios deste relatório têm tentado melhorar a sua educação por meio da equidade. Em contrapartida, aqueles que procuram resultados mais imediatos se limitam a intensificar a carga curricular nas áreas de conhecimento avaliadas pelo Pisa. Também cabe mencionar, principalmente nos países dependentes financeiramente, a grande influência exercida

*pelas instituições financeiras internacionais e pelos bancos de desenvolvimento em função da capacidade deles de condicionar a concessão de crédito. Ainda sobre esta questão, é importante referir novamente os efeitos indiretos da globalização e, em particular, as organizações internacionais. Por exemplo, em países europeus, especialmente nos países do sul da Europa, as políticas macroeconômicas e a austeridade impostas pela União Europeia – e pelo FMI – tiveram um efeito mais significativo sobre os sistemas de ensino dos países-membros que a própria “agenda educacional europeia”. Essas políticas de austeridade impuseram cortes orçamentários muito graves na educação e, claramente, limitaram a margem de ação política dos governos nesta área (**Revista Educação**, maio de 2014).*

Claro que partilhar projetos bem sucedidos na educação é uma experiência que transcende barreiras nacionais. No entanto, a educação se constrói com a percepção de cada especificidade cultural e, com a capacidade de se incorporar essas na formulação de projetos pedagógicos.

Por outro lado, o pesquisador aponta os riscos do atrelamento de uma política educacional aos ditames dos organismos internacionais, em especial, o Fundo Monetário Internacional (FMI). As políticas de ajustamento econômico defende a redução de investimentos públicos nas áreas sociais, entre elas a educação.

Nesse sentido, o setor privado passou a ser vista como a solução para a qualificação do ensino. Entretanto, para a mídia a falta de investimentos privados na educação é resultado da ausência de uma política que estimule a parceria com o setor privado. A revista **Veja** apontou em reportagem que

*A soma de quase 11 milhões de reais arrecadada pela ONG em 2013 é usada na melhoria da infraestrutura e na capacitação de professores e funcionários. Em contrapartida, os diretores das escolas se comprometem a melhorar os índices de ensino (**Veja**, 12/05/14).*

Entretanto, a revista complementa que o

montante destinado por empresários ao setor de educação poderia ser maior, diz Andre Degenszajn, secretário-geral do Gife. Bastaria para isso que o Brasil contasse, por exemplo, com um Plano Nacional de Educação (PNE) vigente — o conjunto de metas e diretrizes aguarda votação no Congresso há quase quatro anos. "O PNE deve estabelecer prioridades e assegurar os meios para que objetivos sejam cumpridos. Isso aumentaria o número de iniciativas encabeçadas pelas empresas", diz Degenszajn. "Hoje, as ações são muito pontuais e, por isso, seu alcance é restrito a um número limitado de escola" (Veja, 12/05/2014).

De forma sutil, porém incisiva, a publicação busca questionar o Plano Nacional de Educação (PNE) cuja essência foi construída em torno de diversas conferências municipais e estaduais em todo o Brasil. Cabe realçar, que apesar de abertos, nesses espaços, o setor privado não participou. Buscou utilizar os conglomerados midiáticos para pautar o Congresso Nacional visando atender seus interesses específicos. E esses estariam vinculados com a obtenção de verbas públicas a serem transferidas para a rede pública. Isso fica claro no texto retirado da reportagem já citada da revista Veja:

o investimento privado em educação pública é feito de duas maneiras. A mais comum é via fundações e institutos familiares vinculados a empresas. Estruturadas como organizações sem fins lucrativos, essas instituições recebem doações, garantindo aos benfeitores dedução do valor doado no imposto de renda. As fundações e institutos podem ainda se registrar como organizações da sociedade civil para receber recursos públicos. A segunda forma de investimento é a doação de dinheiro, livros ou outros itens diretamente para as escolas. O valor investido também pode ser abatido do imposto de renda (Veja, 12/05/2014).

Claro, a meta é a obtenção de verbas. Para isso, o empresariado defende levar sua experiência em gestão para a educação. A mesma reportagem nos apresenta essa ideia:

Ganhar escala é, de fato, um grande desafio. "Os projetos que não são feitos em parcerias com as redes de ensino se esgotam. Por isso, muitos empresários se unem para criar projetos de impacto", afirma Anna Penido, diretora do Inspirare, instituto familiar que ajuda escolas na Bahia e também atua para difundir inovações tecnológicas que podem melhorar a educação brasileira. Para o vice-presidente da Fundação Itaú Social, responsável, entre outros, pela realização da Olimpíada de Língua Portuguesa, as empresas e seus braços sociais poderiam ainda agregar capacidade de gestão ao sistema de ensino nacional. "As empresas poderiam fazer mais por possuírem maior capacidade de gestão. Porém, temos graves problemas de articulação na condução de uma agenda nacional de educação. O PNE seria a oportunidade para reverter parte do problema", diz Antonio Jacinto Matias (Veja, 12/05/2014).

Entretanto, não existem provas empíricas de que o investimento privado ou mesmo o ensino privado resulte em padrões de ensino com maior qualidade. A própria revista **Veja**, em 26/07/2010, apresentou reportagem intitulada “parceria privada pouco ajuda na nota do ENEM”. Nela foi apontado que

numa escala de zero a 1.000, as escolas com ajuda da iniciativa privada ficaram com 535,38 pontos e as demais, com 530,53. Sem parceria, a José Monteiro Boanova, no Alto da Lapa, obteve o melhor desempenho no exame entre os colégios estaduais da capital, com 599,98 pontos (Veja, 26/07/2010).

A reportagem não buscou analisar os motivos para o pífio desempenho. A mensagem final é que a manutenção dessa parceria permitiria “um salto para o futuro”. Ora, a verdade é que a mídia valoriza o ingresso do setor privado que permita a montagem de um modelo escolar tecnicista e acrítico. Uma educação que forme mão de obra qualificada de forma mínima e que reserve a educação superior para os abastados.

Nesse sentido, a crítica das cotas raciais e sociais para o ensino superior público é marcante. Em 30 de setembro de 2012, a revista **Veja** apresenta uma reportagem com

título impactante: “O drama de estudantes – e famílias – afetados pelas cotas”. A reportagem não esconde sua posição:

A lei das cotas traz em si uma decisão temerária: estabelece que 120.000 das 240.000 vagas mantidas nas federais não serão mais ocupadas segundo o mérito acadêmico dos candidatos. Em sua face mais evidente, pretende beneficiar alunos que, sem isso, dificilmente chegariam às federais devido à má qualidade do ensino básico que recebem na rede pública – que, a cada ano, forma 7,1 milhões de jovens. Em sua face menos evidente, a lei toca a vida de outros milhares de estudantes e de suas famílias: alguns deles estão retratados nesta reportagem. A exemplo de Monique e Luciana, eles investiram dinheiro e forças num projeto de educação a longo prazo e agora veem o planejamento desmoronar com a nova regra (Veja. 30/09/2012).

A reportagem não esconde seu posicionamento contrário ao sistema de cotas. O drama de famílias que gastaram dinheiro investindo em seus filhos e depois se veem enganados pelo governo é o centro da matéria. A preocupação com a escola pública, nenhuma. Investir, eis a chave. A educação é investimento, vimos ao longo do texto várias posições acerca disso, mas para a revista, mesmo os pais investem em seus filhos ao pagarem uma escola privada.

Eis um ponto central para pensarmos a postura midiática sobre a educação no país. Mercado! A escola deixou de ser o lócus da busca do conhecimento. A escola se apresenta como o espaço que formata o estudante para o mundo do trabalho. A escola que usa seu espaço para difundir projetos para o mercado de trabalho é bem avaliada. Em especial, se o projeto se vincula ao mercado financeiro.

Em 09 de agosto de 2010, a revista Veja estampava em suas páginas que escolas públicas no Ceará, Tocantins, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo teriam aulas de educação financeira. O projeto seria organizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Nesse projeto,

as aulas foram elaboradas por órgãos reguladores do sistema financeiro, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de instituições privadas. A ideia do curso é abordar o tema de forma interdisciplinar. Informações sobre riscos e juros serão inseridas nas aulas de Português, Matemática, Sociologia e História (Veja. 09/08/2010).

Além disso, o corpo docente seria capacitado e receberia material didático para a tarefa. As famílias, não seriam esquecidas e teriam direito a uma série de atividades apoiados pelo Banco Mundial. Essa participação dar-se-ia mediante a seguinte estratégia:

O curso completo será dado a alunos do segundo ano do Ensino Médio e vai durar um ano e meio. Além das aulas, o projeto inclui a participação dos pais por meio de workshops e da avaliação dos resultados por uma consultoria especializada, com acompanhamento do Banco Mundial (Bird). A próxima etapa do projeto prevê a extensão do curso para o Ensino Fundamental em 2011 (Veja. 09/08/2010).

O que fica claro ao longo desta pesquisa é a concepção de escola defendida pelos grandes empreendimentos empresariais midiáticos no país. Uma escola tecnicista, acrítica, voltada para o mercado e reprodutora dos valores econômicos defendidos pela própria mídia. Uma escola que reproduz um modelo social e hierarquizado, onde a possibilidade de se questionar o mundo é substituída pela valorização do acúmulo de ganhos, pelas técnicas para ingressar no mercado financeiro, pela compreensão dos riscos e ganhos que o mercado embute no cotidiano das pessoas.

Essa concepção de escola vai definir e afirmar que a escola dita “iluminista” fracassou e que é incapaz de atender e entender seus alunos. Numa matéria do jornal *O Globo*, lemos em seu título: “Para especialistas, ensino médio está distante da vida dos jovens” (*O Globo*, 30/07/2013).

No entanto, os especialistas apresentam análises que pouco traduz a ideia do título da reportagem. Por exemplo, Simon Schwartzman, afirma em um tom considerado grave para o jornal que “a falta de qualidade experimentada em sala de aula resulta de uma combinação de professores mal formados e de infraestrutura precária de

escolas no país” (Ibidem Idem). Que a formação de professores deve ser debatida e repensada há quase um consenso. O mesmo para as condições precárias das unidades escolares na rede pública. Mas, onde isso se vincula à uma incompatibilidade entre a escola e a nova geração?

O mesmo se dá ante a fala de José Francisco Soares pesquisador sempre requisitado para entrevistas na mídia televisava e imprensa sobre a escola brasileira:

O professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Francisco Soares, estudioso do tema, critica:

— Não se pode abrir mão da dimensão da qualidade. As pessoas estão entrando na universidade com currículos ridículos (O Globo, 30/07/2013).

Qualidade. Ora, nenhum educador discorda dessa avaliação, mas a reportagem não era sobre uma escola distante do aluno? Seria ela realmente distante? Ou se prioriza o lúdico em detrimento do pensamento reflexivo e crítico?

Em reportagem de 26/02/2012, a revista **Veja** indicou um jovem empreendedor como o novo nome para pensar a educação brasileira. Ele fundou uma empresa a QMágico. Em seu blogue, ela aponta as qualidades de um professor para tornar suas aulas atraentes. São 5 pontos, entre os quais, destacamos:

***Método do relato:** criar uma história – uma história infantil, por exemplo – ligando todos os elementos que serão memorizados. Por exemplo, você pode explicar como aconteceu a Segunda Guerra Mundial, dando nomes aos personagens e lugares para a criação de imagens mentais ao longo da história. Os alunos gostam deste método porque é natural, similar a uma conversação, um jogo. Eles não percebem que estão aprendendo.*⁵

O texto diz tudo. O ensino não se faz pelo debate, pela criticidade, pelo diálogo como nos lembraria Paulo Freire. Não se problematiza o conhecimento, não. Conta-se uma historinha capaz de criar imagens mentais, algo que liga os elementos que devem

⁵ - <http://blog.qmagico.com.br/educacao/como-melhorar-o-aprendizado-dos-alunos-5-dicas-para-professores/> . Copiado em 20/05/2014.

ser memorizados. O surpreendente é que essa organização conta com o apoio de empresas, como por exemplo, o Grupo Artemisia que se propõe implementar “negócios de impacto social”, em diversas áreas, como a educação, onde a empresa afirma que:

*Nossos cursos e formações educam futuros líderes, gestores, empreendedores e executivos para trabalhar com negócios de impacto social. Por meio de uma abordagem integrada e inovadora de aprendizagem - combinando metodologias de cocriação, design thinking e desenvolvimento de competências empreendedoras -, proporcionamos sempre uma experiência única, que promove a autonomia, o espírito de liderança e a capacidade de realização da cada participante.*⁶

Nada mais claro que o texto acima. A educação serve para formar líderes que possam atuar no mercado desenvolvendo competências empreendedoras. Cabe ressaltar, que de fato, o empreendedorismo é um neologismo para a velha defesa da livre-iniciativa tão cara ao liberalismo clássico.

Claro que a empresa QMágico teve cobertura midiática. Em seu sítio, entrando na página intitulada mídia, vemos recortes de publicações elogiosas ao trabalho da empresa oriundos do jornal O Estado de São Paulo, da revista Pequenas empresas Grandes Negócios (da organização O Globo), do site G1, do site Terra, entre outros. Em nenhuma reportagem se vê uma leitura crítica ao arcaico projeto pedagógico da QMágico.

E porque a mídia não questiona projetos de empresas que pouco contribuem na modernização da didática e dos instrumentos pedagógicos? Tal fato se configura pelo papel da imprensa no Brasil enquanto instrumento da ordem capitalista. Gramsci aponta com clareza a função do jornal no interior da sociedade capitalista:

O jornalismo que não somente visa satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área [de influência] (GRAMSCI, A, 2000).

⁶ -<http://artemisia.org.br/conteudo/frentes/educacao/educacao.aspx>. Copiado em 08/06/2014.

O texto de Gramsci nos permite ver como a imprensa brasileira gera em seu público uma leitura acerca do papel da educação que, concretamente, expressa seus interesses no campo das ideias e não o que a sociedade efetivamente projeta.

Um ponto em que somente nos últimos anos a mídia buscou apontar foi o papel social da educação e o seu valor para o brasileiro. Em pesquisa patrocinada pelo Banco Mundial e pela fundação Lemann e que se tornou o livro *A vantagem acadêmica de Cuba*, o pesquisador norte-americano, Martin Carnoy defende a tese de que a sociedade cubana valoriza o papel social da educação e, por conseguinte, o papel social do professor valorizado e respeitado no país (CARNOY, M. 2009).

Poder-se-á dizer que Cuba não pode servir de referência para o Brasil se considerarmos seu modelo social e econômico, fato que Martin Carnoy não nos deixa esquecer. No entanto, existe hoje um país centrado no mundo capitalista cujo modelo escolar tornou-se referência nos debates sobre educação; a Finlândia. A mídia brasileira procurou entender e, por que não dizer, defender uma cópia do modelo finlandês para o Brasil. No entanto, os próprios finlandeses apontaram as diferenças.

Em um primeiro plano, o papel social da educação. A valorização da escola vista como um espaço de construção de uma sociedade democrática e igualitária foi central. Em entrevista ao jornal **O Globo**, Pasi Sahlberg, diretor de um centro de estudos ligado ao Ministério da Educação finlandês assinalou:

A grande transformação do sistema educacional finlandês começou no início da década de 1970, quando foi criado o sistema de ensino obrigatório de nove anos. Todas as crianças do país passaram a estudar em escolas públicas parecidas e de acordo com o mesmo currículo nacional. O principal objetivo desse modelo era igualar a oportunidade de acesso a uma educação de qualidade e aumentar o nível educacional da população. Assim, a reforma educacional não foi guiada pelo sucesso escolar e, sim, pela democratização do acesso a escolas de qualidade (O Globo, 27/02/2012).

Uma escola comprometida com a equidade é a base do sucesso do país. Isso se traduz na valorização que a própria sociedade finlandesa dá à escola e, conseqüentemente, ao magistério. Calcula-se que 98% das escolas no país são públicas,

ainda que o Estado subvencione as escolas particulares. Tal fato favorece um ponto simples, mas relegado a um segundo plano no Brasil: as crianças vão estudar em escolas perto de suas moradias – fato também comum em Cuba-, o que se traduz na redução da evasão escolar.

A valorização da educação também se traduz na importância do professor. Pasi Sahlberg aponta que os

professores são profissionais de alto nível, como médicos ou economistas. Eles precisam de uma sólida formação teórica e treinamento prático. Em todos os sistemas educacionais de sucesso, professores são formados em universidades de excelência e possuem mestrado. O salário dos professores deve estar no mesmo patamar de outras profissões com o mesmo nível de formação no mercado de trabalho. Também é importante que professores tenham um plano de carreira, com perspectivas de crescimento e desenvolvimento (O Globo, 27/02/2012).

O mesmo fato foi apontado pela diretora do Ministério da Educação e Cultura da Finlândia, Jaana Palojärvi, em entrevista à revista **Exame**:

“O professor é a primeira pessoa na vida do aluno”, explica a diretora. Em seu país, eles podem não ter os maiores salários (ganham uma remuneração média em relação a outros setores), mas a carreira de professor é uma das mais populares. E por quê?

O professor na Finlândia é bem preparado. Ele precisa ser graduado e ter um mestrado. Passa ainda por treinamento específico para dar aulas e tem plano de carreira. Nesse contexto, faz sentido que ele tenha a palavra final dentro da sala de aula. Para o governo finlandês, isso faz toda a diferença, já que estimula o professor a inovar e torna a profissão mais inspiradora.

A diretora ressaltou, no entanto, a importância da educação obtida pelo próprio professor para que ele se torne autoridade máxima. “Nós demos o preparo e, agora, temos de confiar neles”, explica. Esse

quadro de preparo, oferta de oportunidade e consequente confiança nem sempre se repete no Brasil.

“Não é o dinheiro, eles não fazem pelo dinheiro”, explica Jaana. Na Finlândia, não existe bônus financeiro para professores com melhor desempenho. Aliás, tal estímulo financeiro, para eles, é inconcebível (Exame, 23/05/2013).

Realidade que se encontra na contramão das políticas adotadas no Brasil, notadamente no estado do Rio de Janeiro e, como a pesquisa aponta defendida por grande parte dos “analistas” da mídia brasileira. Mais além, na mesma entrevista a diretora finlandesa afirmou que “a qualidade do ensino existe na sala de aula e isso se alcança com bons professores”.

Os “especialistas” brasileiros que atuam nos órgãos midiáticos, defendem o avanço tecnológico em sala de aula para estimular o interesse e a atenção do estudante brasileiro. Os dois educadores finlandeses são claros em relação ao fato. Para Jaana Palojärvi,

os professores até usam novos recursos tecnológicos, mas eles não são tão importantes. “São só ferramentas, não são o conteúdo, que é a chave de tudo”, explica (Exame, 23/05/2013).

Em outra fala, ainda que aparentemente contraditória, mas que em sua essência corrobora o papel central dados aos professores é dada por Pasi Sahlberg, para quem a

tecnologia é uma ferramenta, mas o foco continua sendo na pedagogia entre pessoas, sem tecnologia. A tecnologia não deve guiar o desenvolvimento educacional e, sim, ser uma ferramenta como várias outras (O Globo, 27/02/2012).

Esses comentários são significativos se compararmos com outro ponto central: a participação dos alunos brasileiros em aula. Carnoy, no trabalho já citado, apontou que cerca de metade do tempo de aula no Brasil, era perdido diante da indisciplina em sala de aula. Em reportagem de 25/06/2014, **O Estado de São Paulo** intitulou que o “Brasil era país em que o professor mais perde tempo com bagunça em sala de aula”.

Controlar a bagunça e pedir silêncios aos alunos consomem 20% das horas dos professores em sala de aula. O desperdício de tempo dos docentes no país é o maior em uma lista de 32 nações. (OESP, 25/06/2014).

A mesma reportagem ainda aponta que as tarefas administrativas resolvidas pelos docentes em aula representam um tempo de 12% do tempo de aula. Além disso, inexistem auxiliares aos professores em sala de aula que servissem com o uma força auxiliar para a contenção da indisciplina.

O desgaste do professor se agrava com outra pesquisa patrocinada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que coloca o Brasil no topo do ranking de violência contra o professor. Num ranking com 34 países, 12,5% dos professores disseram ter sido vítimas de violência promovida por estudantes.⁷

A pesquisa também apontava que para 12,6% dos professores entrevistados, a educação era pouco valorizada no país, o que explica, também, o confronto entre professores e alunos que traduz a sala de aula. Desvalorizados socialmente, os professores passam a ser desqualificados pelos alunos. O discurso de que o professor “é um coitadinho com salário baixo”, reforça o olhar de desaprovação da sociedade ante aos docentes.

A desqualificação da educação junto à sociedade tem raízes históricas, como já vimos, remontando ao processo de consolidação do estado republicano após a promulgação da Constituição de 1891. Entretanto, a permanência desse descompromisso com o papel social da educação é um ponto alarmante para um país que projeta uma posição de destaque no concerto das nações.

A matéria publicada pelo jornal **O globo** de 20 de agosto de 2014, apontava que o

brasileiro não reconhece a escola como elemento importante na formação da cidadania. O sistema de educação básica aparece em

⁷ - fonte: www.g1.com.br, 28/08/2014. Copiado em 30 /11/2014.

penúltimo lugar - atrás apenas do Judiciário - em avaliação da contribuição das instituições para formação e disseminação dos valores cívicos feita em pesquisa da CPM Research com 1.110 entrevistados. A família aparece em primeiro lugar, seguida da universidade, da mídia, da polícia e do Ministério Público (O Globo, 20/08/2014).

O levantamento foi realizado por pesquisadores do Núcleo de Estudos de Futuro (NEF) da PUC-SP e, apontou que diante das

ações consideradas mais importantes para ser um cidadão ativo, “ensinar as crianças a serem cidadãos ativos desde os primeiros anos da escola” aparece em quinto lugar e “acompanhar o trabalho dos representantes públicos” em nono, atrás, por exemplo, de “ter um CPF”, em sétimo lugar (O Globo, 20/08/2014).

Claro que para as pesquisadoras, a solução passa, pela parceria do MEC com o setor privado, pois afinal, a

discussão desse tema nas escolas, desde muito cedo, precisa ser imposta pelo ministério. É incrível que a sociedade civil - através de ONGs, por exemplo - se organize para trabalhar com isso. Mas precisamos de leis tratando do assunto (O Globo, 20/08/2014).

Contudo se a constatação do pouco valor social da educação nos é apresentado pelo **O Globo**, o eixo central que perpassa a mídia ao tratar da educação e sua pouca valorização para a sociedade brasileira é a questão da baixa qualificação da mão de obra brasileira. Preocupado com a realidade da mão de obra no Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016 na cidade, **O Globo** publicou matéria onde Adalberto Santos, diretor de empresas de RH e Trabalho Temporário da Associação de Empresas Prestadoras de Serviços do Estado do Rio de Janeiro (Aeps-RJ) brindava os leitores com a seguinte questão;

Segundo ele, aqueles que querem entrar para este mercado precisam, antes de mais nada, se qualificar, através de cursos específicos e técnicos, dominar um outro idioma, no mínimo o inglês, e analisar este momento não como passageiro, mas sim como uma chance de aprimoramento e formação de carreira (O Globo, 30/11/2012).

Resta uma pergunta incômoda: como o trabalhador teria acesso aos cursos específicos e técnicos e, dominar um idioma, de preferência o inglês? Na escola é claro. A escola, no entanto, é vista como um espaço de produção de mão de obra? Não! E nem de conhecimento. Então para que serve a escola?

A revista **Exame**, por sua vez, ao analisar o mesmo tema, a desqualificação da mão de obra, apontou como um dos caminhos para a sua solução, a ação do Estado e da sociedade para atuar diante de

um problema a ser enfrentado hoje, amanhã, pelos próximos meses e anos, enquanto se espera que nosso sistema educacional finalmente lance no mercado trabalhadores mais qualificados e produtivos
(Exame, 16/11/2011).

Mas apesar disso, dos sete pontos apresentados pela revista **Exame** para superar o apagão da mão de obra, em nenhum se lê investimentos na escola pública, valorização do magistério e do papel social da educação. Se o olhar midiático pela escola básica visa adequá-la às demandas do mercado e a desvalorizar a sala de aula enquanto espaço de produção de conhecimento, o ensino superior tornou-se o novo locus de embate entre os distintos projetos de educação no país.

.

5- ENSINO SUPERIOR: NOVO CAMPO DE LUTAS SOCIAIS MIDIÁTICAS

O ensino superior se tornou o espaço de maior confronto entre os defensores de um modelo de educação pública de qualidade e os que apontam a necessidade de avançar o setor privado. Quando o assunto se trata de ensino superior ficar claro o campo das grandes empresas midiáticas: a defesa do ensino privado e da privatização do ensino superior público.

Nos últimos vinte anos dois movimentos marcaram o ensino superior privado: a expansão das universidades formando grandes conglomerados educacionais, rompendo

fronteiras locais e se nacionalizando, caso da Estácio do Rio de Janeiro, da Maurício de Nassau com sede em Recife e espalhada por todo o Nordeste e Norte do Brasil, entre outras. Esse processo acirrou a competição física entre as instituições – e não acadêmica -, que buscavam ocupar o mesmo espaço que a concorrente e utilizando as estratégias das disputas monopolistas do mercado, incluindo dumping. O impacto não foi efetivamente a popularização do ensino superior de qualidade, mas sim, a quebra de universidades e a maior cartelização do setor.

Dentro desse processo ocorreu o segundo marco do setor: as fusões entre instituições, escoradas pelo setor financeiro. Em reportagem de 2014, a revista **Veja** apontou que desde 2008, 26 fusões por ano se realizaram no setor (**Veja**, 13/03/2014). Dois dos maiores grupos de ensino do Brasil anunciaram a fusão em 2014, formando o maior conglomerado educacional do país, o Anhanguera-Kroton, cuja expectativa de faturamento era de 13 bilhões de reais por ano!

Para o diretor do diretor-executivo do (Semesp) Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, Rodrigo Capelato, as fusões são bem avaliadas pois poderiam evitar que

*instituições com dificuldades financeiras fechem as portas, além de elevar a capacidade delas de investir. As uniões também reduzem gastos, o que pode possibilitar queda no preço da mensalidades para os estudantes (**Veja**, 13/03/2014).*

Por outro lado, o mesmo diretor assinala que

*as fusões podem, segundo Capelato, forçar uma padronização excessiva nas grades curriculares de diferentes instituições. "Se antes existiam cursos com focos específicos oferecidos por diferentes instituições, a tendência é que, após a fusão, esses mesmos cursos adotem uma única linha pedagógica, já que estão agora sob controle de uma única instituição (**Veja**, 13/03/2014).*

Fica claro ao longo da reportagem que os interesses econômicos são o eixo central, em detrimento do pedagógico e acadêmico. Questões que deveriam ser colocadas pela revista, como por exemplo, as fusões ampliam a contratação de docentes com doutorado? Estimulam a formação de grupos de pesquisa no seu interior? Financiam estudos e pesquisas? Nada disso é levado em conta. Somente o faturamento

anual de 13 bilhões de reais. O diretor do sindicato patronal paulista, ainda aponta o risco da padronização do ensino, leia-se, da perda da autonomia docente, da possibilidade de cada vez mais se assistir a estruturação de um ensino pasteurizado, acrítico, onde a pesquisa se desloca da universidade se restringindo ao setor público.

Com isso assiste-se a um significativo paradoxo: as universidades deixam de se apresentar como espaços de produção de conhecimento e se apresentam como meras reprodutoras de conteúdos. As universidades historicamente se constituem em torno do eixo pesquisa e ensino. Um não pode ser relevado em função do outro. Ao abrir mão da pesquisa, a universidade se empobrece e se vê questionada. E como a imprensa analisa essa realidade?

Em suas páginas, a crise do setor privado pouco é abordada ou descaracterizada a questão pedagógica. Em 11 de outubro de 2013, o jornal **O Globo** aponta a atuação do governo federal no ensino superior: o combate às fraudes nos cursos de pós. Sintomaticamente, a notícia foi publicada na seção de defesa do consumidor.

No entanto, a crise que afetou a Universidade de São Paulo (USP) em 2014, mereceu forte editorial do jornal **O Globo**. O título do editorial? “O fim do ensino superior gratuito”. Nele vamos ler que

as vantagens do fim da gratuidade no ensino superior público não ficam apenas no campo da justiça social, segundo a regra simples: quem pode, paga; que não pode, recebe bolsa. O fato de a Universidade cobrar pela prestação de serviço também estabeleceria uma saudável cobrança por parte dos alunos pela qualidade deste serviço. Seria mais um estímulo a que subisse de nível a qualidade de gestão nos estabelecimentos de ensino públicos. (O Globo, 08/06/2014).

Mas, no mesmo período a Universidade Gama Filho, paga, com clientela que exigia qualidade não fora fechada prejudicando milhares de alunos e resultando em desemprego para mais de mil professores? Qual a diferença? Qual a lógica? a defesa do fim do ensino gratuito avança. Em 01 de setembro de 2014, no jornal **O Globo**, a coluna intitulada *Sociedade*, apontava que cerca de 20% dos alunos que cursam as

universidades públicas poderiam pagar mensalidades. Diante desse dado, a coluna defendia que

numa conta simples, supondo que apenas esses 20% de alunos mais ricos (194 mil no total) pagassem algo como R\$ 1.000 por mês (pouco para cursos que concentram os mais ricos como Medicina, Engenharia, Odontologia...), as universidades federais arrecadariam num ano cerca de R\$ 2,3 bilhões. Não resolve os problemas de financiamento do setor, visto que o MEC gastou em 2012 R\$ 26 bilhões para manter sua rede federal de educação superior, mas seriam recursos que, se bem utilizados, poderiam melhorar as condições de ensino para aqueles que mais precisam. (O GLOBO, 01/09/2014).

A ofensiva contra a gratuidade do ensino superior público se utiliza de argumentos sutis na defesa de suas posições. A principal seria a de que maiores aportes de recursos chegariam para as universidades. A revista **Veja**, entrevistou em 15 de junho de 2014, o economista inglês Stijn Broecke que publicou relatório para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) defendendo que países como o Brasil, cobrassem taxas dos alunos **ricos** que estudam em universidades públicas.

Para o economista,

as instituições públicas e de alta qualidade são frequentadas por um pequeno número de estudantes ricos, enquanto as instituições privadas e de baixa qualidade são frequentadas pelos estudantes mais pobres. Taxar estudantes ricos para frequentar universidades públicas traria recursos adicionais, que poderiam ser gastos tanto na expansão do setor universitário, ampliando as vagas, como na melhoria da qualidade do ensino fundamental. (VEJA, 15/06/2014).

Mas se por um lado o pesquisador realça a cobrança para os alunos ricos, por outro não deixará de se posicionar contra um dos outros eixos críticos da mídia brasileira: a política de cotas. Para o pesquisador, as cotas

podem ajudar a ampliar o acesso à universidade a determinados grupos, que abrangem os mais pobres e alunos de escolas públicas, mas não resolvem os problemas fundamentais da educação brasileira. Podemos resumi-los em dois. Primeiro, os baixos níveis de qualidade do ensino público básico oferecido justamente para aqueles dois grupos. Segundo, o número relativamente pequeno de vagas no ensino superior, com acesso restrito a poucos, tanto nas universidades públicas quanto privadas. (VEJA, 15/06/2014).

A intransigente defesa do mercado e de seus representantes fica subjacente na notícia publicada pela revista **Veja** em 2014: Reitores de 1277 universidades debatem no Rio os rumos do ensino superior. Um encontro internacional de reitores é algo sempre significativo. No entanto, o encontro era patrocinado pelo banco Santander e expressava as instituições financiadas pelo banco ou associadas ao mesmo na América Latina e Espanha. O norte do encontro tratava dos interesses do setor privado para expandir seus negócios. Um dos temas do encontro era significativo: “*estimular o papel da tecnologia como facilitador da aprendizagem e do ensino*” (VEJA, 23/07/2014).

Facilitador! A tecnologia é um instrumento que facilita o aprendizado, nada acerca da pesquisa, nada de debates sobre produção acadêmica. A meta é facilitar a vida do estudante, tornando-o um cliente satisfeito e, é claro, ampliando os ganhos do banco Santander. Não por acaso proliferam universidades privadas que brindam seus novos alunos com tablets. Afinal, é preciso facilitar a vida do estudante em aula.

Nesse mesmo encontro, a revista **Veja** entrevistou o reitor da Pontifícia Universidade Católica do Chile. A UC se apresenta como uma universidade vocacional ou comunitária, isto é, uma instituição sem fins lucrativos, que recebe verbas do governo chileno e que pode cobrar mensalidades dos estudantes. O reitor da instituição, o Sr. Ignacio Sánchez, explicando o peso internacional da UC brinda-nos com uma pérola:

Em média, fazemos 1.500 publicações por ano, sendo que mais de 90% são em inglês. Em nossos campi, mantemos uma cultura bilíngue na pesquisa e pós-graduação. Na pós, parte das aulas é ministrada em inglês, assim como ocorre nos encontros de professores em que há convidados que não falam espanhol. Na graduação, a exigência começa no vestibular. O estudante faz dois exames: um em espanhol,

de conhecimentos de linguagem e compreensão de texto, e outro sobre o domínio da língua inglesa. Esse teste avalia conhecimentos básicos e nível de compreensão de leitura técnica. Não é cobrado que o aluno consiga ler um romance complexo, mas sim que possa participar das aulas que oferecem conteúdos em inglês. Se o candidato não é aprovado em inglês, mas obteve boa pontuação no exame em espanhol, pode entrar na universidade. Contudo, tem que fazer um curso gratuito em inglês na sua área de interesse. A UC é a única que faz essa exigência na seleção de alunos. (VEJA, 23/07/2014)

Ora, uma pergunta não quer calar: o papel da universidade não é pesquisar visando melhorar a realidade social em que se insere? Qual o sentido de divulgar as pesquisas unicamente em publicações em inglês? Claro que é importante que as universidades façam circular suas pesquisas. Congressos acadêmicos internacionais são importantes por isso. Publicar artigos em revistas acadêmicas sérias permite o aprofundamento do debate crítico aprimorando as leituras e pesquisas.

No entanto, a lógica seguida pela UC é a quantitativista, isto é, o que importa é o volume de publicações em revistas em inglês e não a relevância social dessas pesquisas. Publicar pelo publicar, produzir massivamente e inserir tais publicações em revistas de baixo prestígio científico. Lógica que busca construir uma imagem de seriedade acadêmica para a instituição e, com isso, ampliar o número de matrículas. Em suma, fazer avançar o caráter mercantil da educação superior. Não por acaso, encontrou respaldo e cobertura na revista **Veja**, num momento em que o grupo abril ainda detinha o controle da **Abril Educação**, setor ligado ao ensino básico e produção de material didática.

Assumindo a defesa do mercado em detrimento da pesquisa científica, a mídia defende um modelo de ensino superior que meramente reproduz as pesquisas e avanços realizados por instituições norte-americanas e, por uma ou outra da Europa Ocidental. Não se trata de buscar avançar o desenvolvimento econômico e social do país, mas sim, a manutenção da subalternidade do Brasil e a condição de consumidor de tecnologia estrangeira.

Em resumo, uma universidade que atenda aos quadros das classes média e alta, que reproduza conhecimento, uma universidade que não se apresente como um espaço

de diálogo, debate e troca de ideias. Uma universidade vista como um mero empreendimento financeiro e não um espaço do saber.

6- ASSÉDIO IDEOLÓGICO E DOCTRINAÇÃO: NOVO CAVALO DE TRÓIA MIDIÁTICO

A desvalorização da produção do conhecimento científico no Brasil apresenta outro impacto: a construção midiática da sala de aula enquanto locus de aparelhamento ideológico da “esquerda”. Colunistas de jornais e semanários, como por exemplo, Rodrigo Constantino e Reinaldo Azevedo, utilizam seus espaços na mídia para promover verdadeira caça às bruxas contra professores considerados de esquerda.

Nesse contexto, o alvo maior tem sido Paulo Freire. Seu método não é debatido ou analisado para pensar suas contradições e / ou limitações. Não se trata de uma leitura crítica. Mas sim, a desqualificação do trabalho intelectual do educador brasileiro. Seu crime? Ser lido como um teórico de esquerda.

Em 29 de março de 2015, Rodrigo Constantino escreveu:

Paulo Freire é o “patrono” de nossa educação. Isso, por si só, já deveria ser motivo suficiente para não levá-lo tão a sério. Afinal, o que há para louvar em nosso sistema de ensino, que só produz “vítimas sociais” e nenhum resultado decente nos rankings internacionais?

Não importa: como o homem recebeu vários títulos mundo afora, e porque levou o marxismo para dentro da sala de aula, é exaltado como um gênio, um santo, um ídolo, por todos aqueles que acham desejável transformar o professor num militante ideológico. (VEJA, 29/03/2015).

Além disso, os professores são lidos, não como trabalhadores, mas sim, como embusteiros e doutrinadores que

disfarçados de professores seguem sua missão “pedagógica”, que tem sido responsável em boa parte pela miséria intelectual de nosso país, uma fábrica de jovens socialistas. Reverter esse quadro é uma das tarefas mais importantes e árduas de todos aqueles que desejam um país mais livre e próspero. (VEJA, 29/03/2015).

Independente de análise da qualidade dos livros didáticos, o que o jornal **O Globo**, tentou em 2007 esboçar, mas preso ao papel ideológico do mesmo, onde após críticas ao maniqueísmo do texto de um determinado livro didático comprado pelo MEC, afirmou como conclusão:

Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Se não for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém. (O Globo, 18/09/2007)

A conclusão é clara: os livros adotados por professores de história, filosofia, sociologia e geografia são doutrinários. Portanto, cabe uma intervenção externa para proibir a doação dos mesmos. Na ausência de uma clara delimitação do que deve e pode ser ensinado em sala de aula, caberá a imprensa o papel de defensor da pureza ideológica e defesa do virtuoso valor do capitalismo no Brasil. As críticas ao conteúdo são e devem pautar esses debates. Ao longo do texto, o artigo de **O Globo** nos mostra claros equívocos dos autores do texto. No entanto, o que se perdeu na crença de que o debate se traduzia na antinomia marxismo x não marxismo, foi a possibilidade de se discutir quem é o professor que indica os livros. Eles compreendem as nuances teóricas produzidas? Ele crê no texto enquanto expressão de um olhar de mundo ou se prende aos detalhes factuais? Perdeu-se a oportunidade de refletir acerca das limitações e incongruências da formação de professores no país.

O próprio debate acerca da “doutrinação ideológica” demonstra a limitação dos complexos midiáticos e seus agentes diretos, colunistas e jornalistas que olham a educação com um simplismo que impede a efetiva compreensão dos entraves para a superação da crise educacional brasileira. Seu olhar sobre a educação a vê como um mero instrumento de reprodução dos valores burgueses, uma escola acrítica e

reprodutivista, uma escola deslocada do conjunto da sociedade e presa a interesses de classes.

Uma escola que não educa ou faz pensar, mas que forja a própria reprodução do sistema, delimitando os campos da sociedade: de um lado, o trabalhador inovador e criativo, com formação educacional técnica e de nível superior; do outro, o cavalo de carga do capitalismo, o trabalhador de baixa instrução, qualificação mediana, vinculado a um modelo de trabalho pouco criativo, repetitivo e mal remunerado.

7- CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa e pela leitura apreendida dos jornais e revistas selecionados, buscaram-se apresentar os limites da representação midiática sobre a realidade educacional brasileira, aí considerando, a crise, a avaliação do modelo, contradições e o projeto defendido ou pelo menos, melhor avaliado pelos complexos midiáticos no país.

A escola é um lócus da reprodução da sociedade capitalista. Por isso mesmo é uma criação do iluminismo e da Revolução Francesa. A leitura que se faz sobre a educação desvincula o magistério da sua realidade social. Greves por melhores salários? Somente servem para prejudicar os alunos. Incentivos para a formação continuada? Somente se não implicarem custos para o setor privado.

Concretamente a mídia desqualifica os próprios educadores, em especial, se a leitura destes sobre a escola e o ensino, não corroborarem os valores apregoados por ela mesma. A própria crise do modelo educacional brasileiro é lida por um viés ideológico, onde a situação atual é resultado de uma abordagem teórica marxista, pela reprodução das ideias de Paulo Freire e não uma abordagem séria que discuta o próprio desinteresse da sociedade por uma educação de qualidade.

A Finlândia, cuja educação se encontra na moda, realmente tem muito a ensinar aos brasileiros. Mas o sucesso de seu programa escolar é resultado de um processo de valorização da carreira docente com salários elevados, plano de carreira estimulando a formação contínua docente, aposentadoria integral, valorização da escola pública e,

estímulo para a integração família educação – vejam bem, educação e não escola -, onde a leitura em casa estimula os estudantes e os fez ver a importância da escola.

Nenhuma destas questões é discutida pela mídia. Seu encantamento é pela tecnologia, pela limitação da autonomia docente, pela padronização do conhecimento, pela pouca criatividade e pela ausência de pensamento crítico. Uma educação conformista, desvinculada da realidade social. Aliás, uma reprodução da própria mídia brasileira nos tempos atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. RJ: Jorge Zahar, 2002.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. SP: HUCITEC, 1986.
- BRETON, Philippe e PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação**. SP: Loyola, 2002.
- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. **Uma história social da mídia. De Gutenberg à internet**. RJ: Zahar, 2004.
- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita, **Videologias**. SP: Boitempo, 2004.
- CARNOY, Martin. **A vantagem acadêmica de Cuba**. RJ: Ediouro, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **A educação como problema social**. In: Leituras e legados. SP: Global, 2010.
- FIORIN, J.L. **O Regime de 1964. Discurso e ideologia**. SP: Atual, 1988.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere - Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, vl. 2, 2000.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: O Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. RJ: Jorge Zahar, 1997.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. **História geral da civilização brasileira, III. O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- VERÍSSIMO. José. **A educação nacional**. SP: Porto Alegre, 1985.